

miriamleita@oglobo.com.br

MÍRIAM
LEITÃO

ALVARO GRIBEL E MARCELO LOUREIRO (INTERINOS)

Biruta cambial

A sensação entre empresários é que a paralisação econômica ficou maior com o agravamento da crise política. Para os exportadores, há um sentimento duvidoso. Por um lado, o desejo de ver uma troca de governo que possa facilitar a aprovação de reformas. Por outro, o receio de uma forte valorização do real que reduza a competitividade. A única certeza é que o maior inimigo do setor está de volta: a volatilidade.

Pegos no contrapé

O presidente da AEB (Associação de Comércio Exterior do Brasil), José Augusto de Castro, explica que o setor vinha trabalhando com um câmbio relativamente estável, em torno de R\$ 4,00. Com a forte queda dos últimos dias, há risco de prejuízo para quem já fechou contratos. “O exportador foi pego no contrapé. As empresas que queriam exportar já enviaram propostas para o mundo todo. Se a cotação continuar baixa, elas terão que assumir o prejuízo ou tentar rever o preço, o que provocará atrasos e risco de cancelamento de compras”, afirmou.

Recessão e saldo recorde

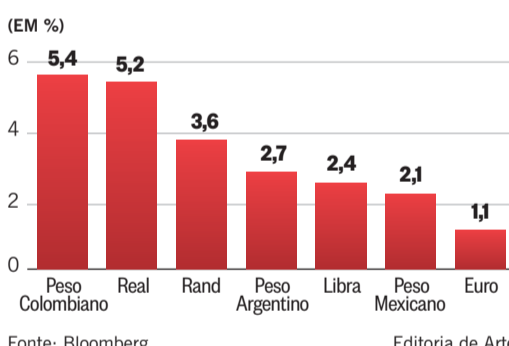
José Augusto de Castro se diz surpreso com a forte queda das importações, que até a primeira semana de março chegou a 35%, com retração disseminada entre os setores. Ele avalia que se a tendência continuar ao longo de todo o ano, e as exportações ficarem estáveis, o país pode ter o maior saldo comercial de sua história, próximo de US\$ 50 bilhões. Por enquanto a projeção da AEB é de um superávit de US\$ 30 bi. “Se continuar assim, vamos rever o número, e o saldo pode ser recorde”, disse.

Aqui e lá fora

O gráfico mostra que várias moedas se valorizaram em relação ao dólar na última semana. O peso colombiano, por exemplo, teve um ganho de 5,4%. Por trás dessa alta está a recuperação do petróleo e de commodities como o minério de ferro.

SEMANA DE ALTA

GANHOS SOBRE O DÓLAR NOS ÚLTIMOS SETE DIAS



Petróleo sobe, risco cai

O economista José Júlio Senna, chefe do Centro de Estudos Monetários do Ibre/FGV, explica que a alta do preço do petróleo diminuiu o risco de insolvência de produtores mundo afora, principalmente nos Estados Unidos. “O setor de petróleo americano se endividou muito e isso vem preocupando os mercados. Além disso, fundos soberanos de países produtores estão considerando vender ativos para reduzir o déficit que o petróleo mais barato provocou em vários governos”, afirmou.

Na hora errada

Pelas contas do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), a gasolina vendida pela Petrobras no país está 30% mais cara do que no mercado internacional. Com o diesel, o percentual sobe para 40%. “Essa é a diferença entre o preço que ela vende internamente e o custo de comprar o combustível lá fora, mais frete e impostos”, explicou Adriano Pires, diretor do CBIE. O preço mais alto reforça o caixa da Petrobras, mas pressiona a inflação e aumenta custos da economia.

VISÃO DE AGÊNCIA. A Fitch cortou de 2,9% para 2,5% sua projeção para o crescimento mundial em 2016, com recuo de 3,5% do PIB brasileiro.

CRISE POLÍTICA. Na visão da Ativa Corretora, o ex-presidente Lula saiu fortalecido politicamente ao fazer papel de vítima da Operação Lava-Jato.

CRISE FISCAL. A Gradual Investimentos prevê déficit primário de 1,5% do PIB este ano, com aumento da dívida bruta para 76,9%.

alvaro.gribel@oglobo.com.br e marcelo.loureiro@oglobo.com.br

A colunista está de férias

O NÓ DA INFRAESTRUTURA

BNDES amplia crédito subsidiado para concessões em logística

Com folga no orçamento, banco poderá financiar até 80% dos projetos

MARtha BECK
marthavb@bsb.oglobo.com.br
DANIELLE NOGUEIRA
danielle.nogueira@oglobo.com.br

BRASÍLIA E RIO- A equipe econômica anunciou, ontem, um conjunto de medidas para estimular investimentos em infraestrutura. As cinco ações incluem desde a simplificação de regras para a emissão de debêntures (títulos de dívida corporativa) até o aumento da oferta de crédito do BNDES com Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que é subsidiada e hoje está em 7,5% ao ano. A ideia é destravar a segunda etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL), que vem sofrendo com a desconfiança dos investidores em relação ao Brasil.

Para analistas, há espaço para as novas regras porque, em meio à recessão, em 2015 houve queda de 47% na procura por recursos (consultas) junto ao BNDES.

O banco de fomento vai realocar suas linhas e direcionar mais recursos a projetos de infraestrutura. Segundo o diretor da área de Mercado de Capitais do banco, Júlio Ramundo, a instituição vai financiar uma fatia maior dos projetos e aumentar a parcela corrigida pela TJLP. Segundo o BNDES, as medidas representam redução efetiva do custo para o tomador do financiamento de até dois pontos percentuais.

MUDANÇAS NO FUNDO GARANTIDOR

Ramundo assegurou que o banco tem fôlego em seu orçamento para fazer as mudanças sem aporte do Tesouro Nacional. Ele explicou que o fraco desempenho da economia em 2015 fez com que a demanda por empréstimos do BNDES caísse. Por isso, é possível destinar mais recursos para infraestrutura apenas com realocação de linhas.

— Não tem custo adicional (para o Tesouro). O banco está usando seu próprio orçamento para aplicar essa mudança em sua política. Não há pressão por novos recursos — disse o diretor. Na virada de 2014 para 2015, a política do banco caminhava na direção oposta, visando à redução da parcela de juros subsidiados e ao incentivo às empresas para que se financiassem no mercado, uma vez que os aportes do Tesouro Nacional, que foram recorrentes desde a crise de 2008, deixariam de ocorrer.

O economista Antonio Corrêa de Lacerda, professor da PUC-SP, diz que a decisão de elevar o subsídio é resultado da manutenção da Taxa Selic em patamar elevado (hoje, em 14,25% ao ano) e da perda do grau de investimento pelo Brasil, que encarece a captação de recursos no exterior:

— Os investimentos despenharam em 2015 e é preciso retomá-los. Elevar a participação do BNDES nos financiamentos e reduzir os juros não vai ga-



CARLOS IVAN/3-4-2015

Apoio. Além dos subsídios do BNDES, novas medidas incluem simplificação de regras para emissão de debêntures

rantir que eles voltem a crescer, mas é uma medida válida. A retomada dos investimentos vai depender das incertezas políticas e econômicas.

No ano passado, o BNDES destinou cerca de R\$ 40 bilhões para a área de infraestrutura. Segundo Ramundo, a expectativa é de um volume maior em 2016:

— Esse montante vem crescendo ano a ano.

O banco vai manter a regra anunciada no ano passado para estimular as empresas a emitir debêntures de infraestrutura. Companhias que fizerem essas operações têm direito a uma fatia maior de empréstimos por TJLP. Quem emite debêntures para financiar 10% do custo de seu projeto, tem direito a mais 10% de empréstimo subsidiado.

Na prática, a participação máxima do BNDES no financiamento subirá dos atuais 70% para 80%, no caso de hidrovias e ferrovias. A participação do banco nos empréstimos a portos e rodovias do primeiro ciclo de concessões, por exemplo, foi definida em 70%, mas pode chegar a 80% caso os interessados emitam o equivalente a 10% em debêntures, informou o BNDES. No caso de rodovias do segundo ciclo de concessões e aeroportos, o limite foi definido em 40%, mas pode chegar a 50% com o lançamento de debêntures.

O governo vai editar um decreto que simplifica a emissão de debêntures. Ele acaba com a exigência de que a operação só possa ocorrer com a autorização dos ministérios responsáveis. Agora, qualquer projeto de concessão na área de infraestrutura terá aprovação automática para o lançamento dos papéis. O decreto esclarecerá que o pagamento

de outorgas ou bônus de assinatura pode ser feito com o dinheiro captado com debêntures.

Será editada resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) permitindo a liquidação antecipada das debêntures de infraestrutura. O objetivo é facilitar a emissão dos papéis num momento em que as taxas de juros estão elevadas. Como eles têm prazos mais longos, o governo quer permitir que os emissores possam fazer a liquidação antes do vencimento se houver condição favorável no mercado.

“As debêntures têm prazo de maturidade elevado, em torno de seis anos, e a emissão, sem regra de liquidação antecipada, congelaria os juros dos papéis na taxa obtida nesse momento de maior adversidade, o que é prejudicial ao emissor”, afirma nota do Ministério da Fazenda.

O governo vai encaminhar ao Congresso um projeto de lei que permita o uso de imóveis da União para capitalizar o Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE). Segundo o secretário-executivo da Fazenda, Dyoogo Oliveira, o FGIE — que é voltado à redução de riscos extraordinários dos projetos, como turbulências políticas ou greves — não está em operação, o que deixa os investidores mais reticentes. Com a oferta de garantias, os projetos de infraestrutura ficam mais seguros.

A ideia da equipe econômica é oferecer ao patrimônio do FGIE imóveis com liquidez que somam R\$ 500 milhões e, em troca, receber cotas. Outros R\$ 500 milhões seriam colocados no Fundo pelos bancos que financiarem os projetos garantidos. Para Oliveira, as instituições terão interesse em participar da capitalização porque ficarão mais protegidas

das contra riscos extraordinários.

O secretário-executivo da Fazenda informou que o mercado de debêntures de infraestrutura soma hoje R\$ 15 bilhões. No entanto, a expectativa do governo é que esse valor suba de R\$ 6 bilhões a R\$ 10 bilhões caso as empresas se interessem em emitir mais papéis para ter acesso a taxas favoráveis do BNDES. Oliveira disse que, apesar das turbulências políticas do momento, essas medidas podem ajudar a destravar o PIL, porque estão voltadas a projetos de longo prazo:

— Estamos tratando de projetos de longo prazo. Não há dúvida de que a economia brasileira no médio e longo prazo é extremamente atrativa para os investidores.

CUSTO FISCAL

Para o economista Carlos Langoni, ex-presidente do Banco Central, o diagnóstico para a saída da “recessão profunda que vivemos” passa pelo investimento privado. Em primeiro lugar, porque o modelo de expansão que se apoiava no consumo das famílias — fórmula usada desde 2008 — se esgotou, diante do elevado nível de endividamento dos brasileiros.

Em segundo lugar, porque a situação fiscal do governo é delicada e demanda corte de gastos, inviabilizando a liderança nos investimentos. Por isso, avalia, o incentivo a investimentos em projetos de infraestrutura via BNDES é necessário. No entanto, Langoni pondera que o estímulo deve ser acompanhado de mudanças nos marcos regulatórios.

— Usar o BNDES é condição necessária, mas não suficiente. O marco regulatório precisa possibilitar a remuneração adequada do investimento — diz ele, dando como exemplo o aceno da presidente Dilma para alterar a regra do modelo de partilha no pré-sal, liberando a Petrobras da obrigatoriedade de ser operadora única dos campos. ●

Reserva indígena vai gerar energia eólica

Projeto em Monte Roraima tem potencial para gerar até 400 Megawatts

BRASÍLIA- O governo federal dá início oficialmente, nesta semana, ao primeiro projeto de geração de energia eólica em uma reserva indígena no país, ideia que surgiu das próprias comunidades de Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em nota divulgada ontem, o Ministério de Minas e Energia confirmou que vai incluir no programa de

unidades de geração eólica e solar — esta, em menor escala — para abastecer famílias de índios da reserva.

Estudos iniciais promovidos pelo Conselho Indígena de Roraima (CIR), o Instituto Socioambiental (ISA) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) comprovaram um grande potencial de geração de energia a partir dos ventos no alto do Monte Roraima. Políticos preveem que a região poderá, no futuro, gerar até 400 Megawatts (MW) de energia eólica — cerca de 5% da atual geração nacional deste tipo de energia. Ciro Campos, analista do ISA, explicou

que estudos desenvolvidos desde 2012 mostraram na região vento médio por mês de cinco metros a nove metros por segundo, nível bastante atraente.

Amanhã, o governo federal deve bater o martelo sobre quanto investirá no sistema. O orçamento estimado pelo ISA é de R\$ 2,5 milhões para benefício de cem famílias de duas comunidades, incluindo o desenvolvimento de projetos produtivos locais. O custo de instalação por família é mais alto do que a média do Luz Para Todos, mas o governo prevê uma compensação para o sistema elétrico como um todo

para menor consumo de óleo diesel.

— Vamos gastar em Raposa Serra do Sol menos volume de óleo diesel e equilibrar a conta usando a energia eólica no Monte Roraima — disse o ministro Eduardo Braga, na sexta-feira.

Para o senador Telmário Mota (PDT-RR), a inclusão do projeto de geração para consumo das famílias é um “primeiro passo” para, no futuro, a reserva fornecer energia ao sistema interligado nacional e lucrar com isso:

— Será o primeiro projeto de geração na região Norte e o primeiro em comunidade indígena. (Danilo Fariello) ●